

ASSISTENTE SOCIAL: UM PROFISSIONAL A SERVIÇO DOS DIREITOS, DA CIDADANIA E DA JUSTIÇA SOCIAL

Ana Cristina Nascimento Peres Albernaz*

Valéria Gonçalves da Costa Silva**

RESUMO

O objetivo deste artigo é esclarecer qual o novo papel do Assistente Social na sociedade após o movimento de reconceitualização do Serviço Social que se iniciou na década de 1980, revelando através do materialismo histórico dialético as diferentes funções que o profissional se submeteu, enquanto inserido no contexto da história brasileira. Assim, pretende-se abolir da profissão o retrato mais do que retrógrado da “mocinha boazinha” que tem “dó dos pobres” e distribui cestas básicas, para inseri-la na dimensão teórico-metodológica do seu novo projeto ético-político, consoante com a transformação da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Projeto Ético-Político. Serviço Social.

INTRODUÇÃO

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”

Marilda Vilela Iamamoto

As inquietações trazidas quando nos apresentamos como graduandas do curso de Serviço Social, diante de pontos de vista ainda tradicionais da profissão percebida nos vários espaços da sociedade, desde o sujeito mais simplório como diante de doutores das universidades, motivou-nos a escrever este artigo. Percebemos que a maioria das pessoas ainda possui a visão do Assistente Social que contribui para a manutenção do sistema, como mero executor das políticas impostas pela instituição onde atua.

O fato de percebermos muitas vezes a estigmatização do profissional, rotulada como aquele que têm “dó dos pobres” e que só serve para distribuir cestas básicas, diante de toda uma carga teórica acadêmica totalmente divergente e imbuída de uma profunda mudança de postura, despertou-nos a necessidade de esclarecer o novo papel do Serviço Social.

O Assistente Social tem como objeto de trabalho a questão social, que é produzida pela relação capital e trabalho no sistema capitalista, onde se tem o mercado como centro norteador das estruturas políticas, sociais e econômicas. A questão social se expressa através

* Aluna do 7º período do curso de Serviço Social da Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: anacristina.albernaz@gmail.com

** Aluna do 7º Período do Curso de Serviço Social da Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: valeriag68@gmail.com

da precarização do trabalho, do desemprego, da pobreza, da violência, enfim, coloca às margens da sociedade vários sujeitos que passarão a ser usuários das políticas públicas sociais do Estado.

Os diversos setores da sociedade organizada precisam compreender a importância do Assistente Social na realidade social contemporânea, enquanto agente crítico engajado nas lutas sociais, que atua junto aos usuários das políticas públicas, muitas vezes elaborando-as e não só executando-as, e também as tornando acessíveis.

Este é um profissional preocupado com a ampliação dos direitos sociais universais, e contra as desigualdades; até mesmo para cobrar dele esta postura estabelecida em seu atual Código de Ética Profissional (CREES, 2005). Que atua junto aos movimentos organizados da sociedade; que propicia meios aos seus usuários para o exercício de suas cidadanias; que elabora políticas públicas de acesso aos direitos sociais garantidos constitucionalmente; e que atua como mediador de conflitos entre as classes sociais, buscando igualdade de oportunidades.

No entanto, nos parece compreensível que a nódoa que marca o conceito sobre a atuação do Assistente Social tem fundamentos e deve ser esclarecida, a começar por uma viagem histórica de construção e desafios impostos a esta categoria profissional, como se verá a seguir.

HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Serviço Social no Brasil surgiu na década de 1930, por iniciativa da Igreja Católica e concomitantemente à implantação das Leis Sociais, que na verdade, se tratavam das leis trabalhistas de Getúlio Vargas. O crescimento do contingente de proletários com suas famílias, verdadeiros amontoados nos cortiços da época, a insatisfação desses profissionais com a excessiva jornada de trabalho e os baixos salários, obrigaram o Estado a promover algumas concessões que, na verdade, tinham como pano de fundo o controle das massas. Desta forma foi implantado o trabalho de agentes sociais para atuarem no controle social dos que só tinham a sua força de trabalho para vender.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p.127)

A Igreja Católica recrutava as “agentes sociais” dentre os membros da classe dominante, fornecendo-lhes uma formação ideológica cristã, com propósitos de atuação baseados na caridade e na repressão. Essas agentes, na maioria jovens da sociedade, atuavam junto às mulheres e crianças com instruções sobre higiene, prendas domésticas, moral e valores normatizados pela doutrina cristã.

E em 1932 foi inaugurado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo como primeira iniciativa de formação de “trabalhadoras sociais”, baseado no método de ensino da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, com orientação para a formação técnica da ação social e difusão da doutrina social da igreja. “(...) São promovidos diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência etc.” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p. 173).

Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social de São Paulo, outra escola de Serviço Social, só que destinada a homens e com a oferta de bolsas gratuitas, subsidiadas pelo Estado. Essa iniciativa partiu da necessidade de levar o trabalho social para os presídios masculinos, bem como para instituições de internação e correção de menores. “Ainda quanto à questão da demanda, caberia considerar dois aspectos: a importância quantitativa de alunos bolsistas e dos *cursos intensivos de formação de auxiliares sociais*”; (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p. 178).

O CEAS foi se expandindo no Brasil a partir das experiências do primeiro, inaugurado em São Paulo, mas com a doutrina e a prática voltadas para atendimentos individuais, sob a orientação da igreja e da metodologia europeia, influenciado pela Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas.

Nos anos 1960, durante o governo de JK (Juscelino Kubistchek) surgiu, dentro da categoria, assistentes sociais envolvidos no trabalho em comunidades que, influenciados pela militância católica de esquerda, começaram a questionar o trabalho social meramente assistencialista e sem perspectiva de mudança na realidade dos assistidos, conforme nota Aguiar (1985)

Por outro lado, um reduzido setor da categoria profissional é influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda, que colocam a conscientização e a politização em função das mudanças estruturais. Essa nova postura permite que se registre, no período 1960-1964, uma prática desse reduzido grupo de assistentes sociais que parte de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais (p. 104 *apud* SILVA, 1995, p. 28)

O desejo de romper com o Serviço Social tradicional contribuiu para a formação de grupos de discussão dentre os profissionais assistentes sociais, culminando com debates ao longo dos vários congressos nacionais periódicos da categoria e delimitando os espaços de pensamentos, entre conservadores – os que queriam manter a perspectiva tradicional, e aqueles modernizadores – um novo projeto com vistas à transformação social.

Esse debate foi sufocado pela ditadura militar, ressurgindo com o processo de renovação do Serviço Social que ocorreu entre os anos de 1967 e 1984. Os eventos deste período foram organizados num primeiro momento por iniciativa do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social), que envolveu profissionais e professores da área. E depois se articulando com a ABESS¹ (Associação Brasileira de Assistentes Sociais).

A perspectiva modernizadora foi projetada no documento do Congresso 1967 realizado em Araxá/MG. Nele fica elencada a necessidade da busca do desenvolvimento associado à promoção humana, através da conscientização da população, embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Cinco anos mais tarde, em 1972, no encontro de Teresópolis, foi aprovada uma nova metodologia de ensino para formação de assistentes sociais, aferindo cientificidade ao curso com a introdução das disciplinas: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia e Sociologia.

Os documentos produzidos, em ambos os encontros, explicitam e reafirmam a diretriz tradicional do Serviço Social em busca da integração social, assumindo a perspectiva de modernização colocada no contexto da sociedade brasileira como um todo. (SILVA, 1995, p. 35)

A nova influência provinda do espaço acadêmico, mais especificamente das disciplinas das ciências sociais, no estudo da teoria marxista, aliada a atuação junto às comunidades eclesiais de base, com a Teologia da Libertação e os movimentos populares de esquerda. Com isso, fortaleceu-se, em 1979, o movimento da categoria denominado Movimento de Reconceituação. Na verdade se trata do movimento que foi abafado pela ditadura militar e que agora volta num ambiente democrático e com orientação teórico-científica.

¹ Hoje ABEPS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(...), o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de legitimação. (SILVA, 1995, p. 39-40)

Não se pode deixar de mencionar também a influência da metodologia de ensino de Paulo Freire que dominava os fóruns de discussão em torno da educação; a criação do PT (Partido dos Trabalhadores); a campanha pelas “diretas já”; o crescimento dos movimentos grevistas, com o fortalecimento dos sindicatos por categorias e a união em centrais sindicais, espaços nos quais vários assistentes sociais já atuavam e ao mesmo tempo serviram de base para o movimento de reconceituação.

O significado desse movimento teve sua marca no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido no mesmo ano, conhecido como o “ano da virada”, onde a mesa da solenidade de abertura composta por autoridades governamentais foi destituída e recomposta por representantes das organizações populares, numa demonstração clara de ruptura com o conservadorismo e reveladora dos novos parceiros do Serviço Social brasileiro.

Iniciou-se uma ampla reforma no Serviço Social, desde a formação acadêmica, com introdução de novas disciplinas, até a recomposição das direções das associações representativas da categoria de Assistentes Sociais.

O “ano da virada”, como ficou conhecido 1979, é marcado por um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo, dando-se a rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais, também de São Paulo, com vitória da chapa de oposição, na busca do fortalecimento do movimento sindical no interior da categoria. (SILVA, 1995, p. 40)

Uma nova proposta curricular foi introduzida em 1982, fundamentada na teoria marxista do mundo do trabalho e seu materialismo histórico-dialético, pois o Assistente Social atua nas seqüelas que as contradições da relação capital e trabalho produzem.

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o Serviço social como uma profissão socialmente determinada

na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 57)

A ORIENTAÇÃO FILOSÓFICA, CRÍTICA, ÉTICA E POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

O Assistente Social trabalha para combater as mazelas engendradas pelo capitalismo: fome, desemprego, miserabilidade, precarização das relações de trabalho, exploração de menores, mulheres, idosos dentre outras. Em síntese, as sequelas da questão social.

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos Governos. (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

Vivemos numa sociedade desigual, portanto, na qual o Estado, com ações minimalistas orientadas por ditames internacionais, sucumbe à classe que só tem a mão de obra para sobreviver. São homens e mulheres que “levantam todos os dias e de sol a sol trabalham para garantir seu sustento”. Vivem em condições precárias de baixos salários e destituição dos direitos outrora conquistados. E quando chegam à velhice, que é uma conquista da humanidade, tem mais uma vez seus direitos violados, pois é obrigado a viver com uma aposentadoria “vergonhosa que mal paga as medicações.”

Diante de toda contradição fomentada dentro do capitalismo, há pessoas que acreditam na possibilidade de mudanças dentre estas estão os Assistentes Sociais. Embora a profissão tenha um histórico de práticas de adaptação de sujeitos a ordem e que eram extremamente conservadoras de cunho moralizante e vexatório, a partir da década de 1970 tais práticas começaram a mudar.

O marxismo passa a ser defendido pelos teóricos da área e também as práticas vão se modelando dentro desta linha. Os profissionais abraçaram as causas dos trabalhadores, brigaram para retirada do código de menores, lutaram contra a ditadura, e se mobilizaram pela

Constituição de 1988. Assim, vários debates e discussões ocorreram e, em 1993, materializa-se de forma coerente com as orientações filosóficas e políticas da profissão, a reformulação do Código de Ética.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77)

O Código de Ética dos Assistentes Sociais é direção para profissão. Nele encontram-se princípios fundamentais que devem nortear as práticas destes profissionais. São princípios que dão suporte para vencer os desafios do cotidiano. Além dos citados por Iamamoto (2008) acima, alguns deles são:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a gestão democrática.
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CRESS, 2005, p. 20-21)

Neste sentido, revela-se um profissional diferente, que nada contra a correnteza. Que em meio a tantas desigualdades e explorações é ousado em lutar por justiça social. E ainda ousa mais, pois opta “por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem social” (CRESS, 2005, p. 20).

Este projeto profissional que é um projeto crítico ajuda a construir estratégias de luta contra o capital e seus comparsas. Essas estratégias podem se materializar em formas de debates, socialização de informações, políticas e programas sociais.

Neste âmbito, entendermos que o exercício profissional orientado por um projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades, faculta aos assistentes sociais a consciência de pertencer ao gênero e lhe permite desenvolver *escolhas* capazes de desencadear ações profissionais motivadas por compromissos sociocêntricos que transcendem a mera necessidade pessoal e profissional[...], orientados por um projeto profissional crítico os assistentes sociais estão aptos, *em termos de possibilidade*, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis (GUERRA, 2007, p.15)

Nas várias instituições que existe o Assistente Social, há também desafios e possibilidades. O agravamento da questão social promovida pelo neoliberalismo, a falta de recursos financeiros e materiais constituem-se em desafios. Sendo alguns dos seus empregadores: o primeiro setor que é o Estado, vemos os desafios postos a estes profissionais nos variados campos de atuação: saúde, educação, assistência social; no segundo setor, que são as empresas privadas, os desafios são os de romper com práticas exploradoras e alienantes dos dominantes para com os trabalhadores; no terceiro setor, ONGs (Organizações Não-Governamentais), OSCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e Movimentos Populares, é o de romper com práticas clientelistas e assistencialistas que são abominadas pelo Código de Ética (2005). Estes campos de atuação nos mostram que os focos destruidores da questão social estão postos no cotidiano destes profissionais.

Aqueles que demandam seus serviços são pessoas que estão fora do processo de acumulação de riquezas. O bolo cresceu e não foi dividido. Há uma ampla concentração de renda nas mãos de poucos e uma grande parcela da população brasileira é obrigada a ficar com os mínimos para a sua sobrevivência. Os verdadeiros Assistentes Sociais:

Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a *probabilidade* de *transgredir* a ética, jamais poderia aceitar a *transgressão* como um *direito*, mas como uma *possibilidade*. Possibilidade contra que devemos lutar e não diante da qual devemos cruzar os braços. (FREIRE, 1996, 100)

Embora a fala de Paulo Freire esteja direcionada aos docentes, ainda assim nos alerta a lutar contra uma ética que está colocada para nós. Uma ética que destrói os direitos.

Os verdadeiros Assistentes Sociais sabem compreender a realidade. Sabem que é esta ética de mercado que desvincula os cidadãos de seus direitos é esta ética que financia a violência contra a humanidade. Violência aqui compreendida como a exploração de homens sobre homens. Embora, ainda exista profissional que age em prol da ética de mercado a verdadeira prática deve ser transformadora e não mantenedora deste sistema, pois “ela é condicionada pela visão de mundo, pelos valores, crenças e hábitos fundamentos teóricos, e princípios éticos que constroem o agir profissional” (FÁVERO, 2006, p. 23).

Contudo, com o aparato de conhecimento, com a capacidade de intervenção na realidade, com a competência de investigar problemas sociais, com os grupos de convivências, com a formação de sujeitos políticos etc. são inúmeras possibilidades para estes profissionais: socializar informações; orientar a população quanto aos seus direitos; incentivar a participação dos sujeitos em organismos de lutas; fazer com que a ação do Assistente Social promova a mudança e assim se materialize em “uma nova ordem social” contrária as desigualdades e explorações, cuja ação é pautada na emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar o Serviço Social brasileiro ainda muito jovem se partirmos do seu renascimento com a ruptura em 1979. No entanto a produção literária e científica que remonta sua construção, dentro do contexto político, social e econômico da história brasileira é bastante rica. Além disso, traz elementos importantes para as articulações da projeção do que ele pretende estar sendo. Elementos que norteiam uma identidade dialética, em constante necessidade de resignificação no contexto mutante da sociedade.

Portanto, esperamos ter contribuído para uma compreensão, ainda que superficial, das reais atribuições do Assistente Social hoje, elencadas no seu Código de Ética Profissional, bem como na Lei 8.662/93, que regulamenta sua profissão. Como um profissional a serviço dos direitos, da cidadania e da justiça social, que surgiu a partir das demandas sociais e permanece consciente de que é referendado pelas classes menos favorecidas socialmente, porém com outra ótica: a do compromisso com essa parcela da sociedade, em busca da transformação de suas realidades, e tendo como parceiros outros profissionais e os usuários.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia das origens a Araxá**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 1985.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social fundamentos ontológicos**. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

BRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo**. In: Serviço Social & Sociedade São Paulo: Cortez, N. 5, ano 28, 2007.

CRESS, (Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região) **Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais**. In: Coletânea de Leis- Belo Horizonte: CRESS, 2005.

FÁVERO, Eunice Terezinha. **O Estudo Social- Fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária**. In: O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: Contribuição ao debate Penitenciário e na Previdência Social/ Conselho Federal de Serviço Social, (org.). 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional** In: Serviço Social & Sociedade São Paulo: Cortez, N. 5, ano 28, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**- 17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.